

Comissão decide que partidos podem receber ajuda de fora

BRASÍLIA — Por 70 votos a 17, e sem que a maioria dos constituintes soubesse o que estava votando, a Comissão de Sistematização decidiu que os partidos políticos são livres para receber recursos financeiros de entidades ou governos estrangeiros, aos quais podem inclusive estar subordinados. A votação, eletrônica, durou cinco minutos.

Na mesma votação, os constituintes decidiram que um partido não precisa ter caráter nacional, podendo portanto circunscrever-se a um único estado, o que hoje é proibido pela Constituição. E mais: os partidos não terão mais obrigação de prestar contas ao Tribunal de Contas da União, através do balanço financeiro e patrimonial de cada ano. Sem que ninguém percebesse, foi eliminada também a necessidade de os partidos dependerem de votos para manter os seus registros e estatutos.

Acordo — A facilidade com que 70 parlamentares acataram essas mudanças, embutidas numa emenda substitutiva do senador José Richa (PMDB-PR), deve-se ao fato de confiarem num acordo de lideranças, fechado de manhã pelos principais partidos. Mal terminou a votação, os constituintes Prisco Viana, Carlos Sant'Anna e Virgílio Távora correram ao microfone para alertar o plenário sobre o que acabara de ser aprovado.

A emenda José Richa dizia que "é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguarda-



Sant'Anna (E) e Prisco pressionam a Mesa

dos a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana". Em dois parágrafos, essa emenda dizia que é proibido aos partidos utilizarem organização paramilitar; e que os partidos adquirem personalidade jurídica mediante o registro no Tribunal Superior Eleitoral.

Acontece que, ao votar o artigo e seus dois parágrafos, o plenário substituiu todo o capítulo 5º do projeto de Bernardo Cabral e jogou por terra a

proibição de os partidos receberem dinheiro do exterior, a necessidade de terem caráter nacional, de terem seu registro subordinado à votação obtida e de prestarem contas ao TCU. Por força do acordo realizado de manhã, o deputado Roberto Freire (PCB-PE) ainda conseguiu fazer aprovar um parágrafo dando aos partidos acesso gratuito ao rádio e à televisão. E Haroldo Lima (PC do B-BA) alcançou a aprovação de uma emenda segundo a qual o funcionamento dos partidos fique condicionado à lei.

Confusão substitui clima de consenso

Quando a emenda do senador José Richa, sobre o capítulo dos partidos políticos, acertada pela manhã numa reunião de lideranças da qual só não participou o PDS, foi posta em votação, sua aprovação parecia tranquila. O clima aparente era de tamanho consenso que ninguém se inscreveu para encaminhar contra. Aprovada porém a emenda Richa, por larga maioria, começou a confusão.

Só depois de proclamado o resultado, o deputado Prisco Viana e o líder do governo, Carlos Sant'Anna, dois parlamentares experientes, deram-se conta de que a emenda tinha caráter substitutivo, ou seja, substituíra todo o capítulo do texto do relator Bernardo Cabral, exceto alguns incisos ressalvados na própria proposta. Portanto, regimentalmente, todos os demais destaques estavam prejudicados.

"O Prisco e o Sant'Anna cochilaram e, agora, querem virar a mesa", observou o deputado Paulo Delgado (PT-MG), diante das insistentes questões de ordem levantadas pelos dois, pressionando o senador Fernando Henrique Cardoso para encontrar uma saída regimental para a votação dos

destaques referentes à necessidade de os partidos serem nacionais e à proibição do recebimento de recursos de partidos e governos estrangeiros.

Predicado — Na bancada do PFL, o deputado Inocêncio de Oliveira, que assinara o pedido de preferência para a proposta de Richa, era criticado por muitos colegas. O próprio Richa, parlamentar que evita radicalizações e gosta de patrocinar acordos, foi ao microfone pedir a Fernando Henrique que não considerasse prejudicadas as emendas reclamadas por Prisco e Sant'Anna. A mesa, no entanto, manteve-se inflexível.

Sant'Anna e seus liderados partiram então para a obstrução da votação das emendas relativas aos incisos ressalvados na proposta de Richa. Ao ser votada a emenda do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), que mandava acrescentar o adjetivo "parlamentar" ao parágrafo 5º — que dizia apenas "funcionamento, conforme dispuser a lei" — o deputado Teodoro Mendes, ligado a Sant'Anna, perguntou à relatoria onde ela iria pôr a palavra, caso ocorresse a aprovação.

Quando o senador José Fogaça,

em nome do relator, esclareceu que o adjetivo "parlamentar" entraria, obviamente, depois do substantivo "funcionamento", o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), perdeu a paciência e gritou:

— É uma vergonha. Estou arrepiado com tanta explicação.

— Nem todos aqui têm suas luzes intelectuais — retrucou Fogaça.

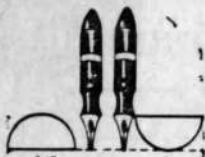
A emenda acabou aprovada, e o parágrafo ficou assim: "Funcionamento parlamentar, conforme dispuser a lei".

Alheio à preocupação sintática do parlamentar pedetista, o comunista Roberto Freire não escondia a satisfação: "Agora o funcionamento dos partidos é livre. Podem até acrescentar, à margem do Regimento, o que o Sant'Anna e o Prisco querem. O fundamental está garantido".

Fernando Henrique, então, considerou que os dispositivos sobre a proibição de os partidos receberem dinheiro de fora e a necessidade de terem caráter nacional não tinham sido afetados pela emenda Richa. Em meio a um clima de acordo, eles acabaram mantidos.

Como fazer para votar mais rápido

Façamos de conta que tivessem se evaporado os mais de 8 mil pedidos de destaque para votação em separado de artigos,



parágrafos, emendas e pedaços de emendas ao projeto de Constituição ora em exame pela Comissão de Sistematização da Constituinte. Ainda assim não haveria hipótese de a comissão votar os 336 artigos do projeto até o próximo dia 28, quando se esgota o prazo que recebeu, já prorrogado uma vez pelo deputado Ulysses Guimarães.

No seu 26º dia de funcionamento, ontem, a comissão ainda se ocupava com a votação do 16º artigo do projeto do relator Bernardo Cabral. "Ulysses nos apressa e pressiona para acabarmos tudo no dia 28, mas já sabe que isso será impossível", reconhece o deputado Antônio Brito (PMDB-RS). Será impossível mesmo depois da introdução do voto eletrônico, que reduziu a menos da metade o tempo que até então era gasto com a votação nominal.

O próprio Ulysses, como presidente da Constituinte, é o principal

Em legítima defesa

O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, diz enxergar a articulação de um complot para inibir, manietar e, na hipótese extrema, até mesmo golpear a Constituinte, Cabral dispõe de informações de que recrudescerão as críticas à Constituinte, principalmente através dos veículos de comunicação. "Querem barrar qualquer tipo de avanço que a Constituinte possa produzir", acusa Cabral. "Sei que sou o primeiro alvo dessa investida, mas estou disposto a reagir através de todos os meios legais ao meu alcance."

- O acordo fechado ontem para a votação do capítulo do projeto de Constituição que trata da questão dos partidos políticos tomou por base uma emenda do senador José Richa (PMDB-PR), combinada com outra do deputado Roberto Freire (PCB-PE).
- Começou, por enquanto ainda em

culpado pela demora no processo de votação do projeto de Cabral. O regimento interno da Assembléia dizia que, no âmbito da Comissão de Sistematização, o projeto só poderia ser emendado ou ter pedidos de destaque para votação em separado de seus artigos através dos 93 membros da comissão. Ulysses resolveu estender o direito aos 559 constituintes. "Foi o festival de emendas que se viu", diz Brito.

O emperramento do exame do projeto na comissão produziu, por outro lado, uma espécie de recesso informal do resto da Constituinte. Os demais deputados e senadores simplesmente estão sem ter o que fazer há mais de um mês. Alguns escolheram viajar para o exterior ou para seus estados. Outros se ocupam com a rotina aborrecida dos seus gabinetes — respondem a cartas de eleitores, encaminham pedidos aos ministérios, atendem telefonemas.

O grau de irritação entre eles tem crescido tanto a ponto de estar em gestação um manifesto, que o senador Virgílio Távora (PDS-CE) imagina que possa colher mais de 300 assinaturas, pedindo a Ulysses que passe o projeto de constituição direto para votação no plenário da Constituinte. Essa, de fato, é uma das hipóteses que Ulysses examina hoje, juntamente com as demais lideranças dos partidos. No caso, ele não concederia outra prorrogação no prazo da Comissão de Sistematização.

A transferência do projeto para o plenário da Constituinte resultaria na

Estabilidade dúbida

O senador Virgílio Távora (PDS-CE) se diz convencido de uma coisa: do jeito que foi aprovado na Comissão de Sistematização, o artigo que garante o emprego contra a demissão imotivada é muito mais nocivo do que a estabilidade, pura e simples. "A redação do artigo é dúbida e ameaça os empresários, que responderão com a suspensão de investimentos", prevê o senador. "Para os trabalhadores, o artigo gera, apenas, uma expectativa de direito." Acha o senador que o artigo "não instituiu a estabilidade no emprego, é apenas um freio às demissões em massa, só isso". Sugere sua alteração.

Pinga-fogo

segredo, uma série de contatos entre parlamentares de esquerda. CNBB, OAB e outras entidades para que seja detonada sua campanha em favor da preservação da Constituinte.

- A esquerda na Comissão de Sistematização enfrenta um dilema: se contribui para apressar o ritmo de votação

anulação de todas as votações que ocorreram até o dia 28 no âmbito da Comissão de Sistematização. Não teria validade, por exemplo, a aprovação do artigo que garantiu o emprego contra a demissão imotivada — um tipo de estabilidade condenada pelos empresários. Não teria validade, também, a aprovação da emenda que manda pagar em dobro o valor atual da hora extra de trabalho.

A hipótese de Ulysses simplesmente prorrogar outra vez o prazo de votação do projeto na comissão está inviabilizada pela reação dos demais constituintes, como sustenta o deputado Antônio Brito. Tanto ele como outras importantes lideranças do PMDB se empenham para que Ulysses adote outra saída: deixe a comissão continuar votando o projeto o tempo que precisar e convoque o plenário da Constituinte para começar a votar o que a comissão já votou.

— O funcionamento simultâneo da comissão e do plenário é a melhor solução — concorda o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), líder do partido na Constituinte. "Pode ser a única solução, mas será muito complicada", retruca o senador José Fogaça (PMDB-RGS). "Haverá desencontros e colisões entre artigos votados na comissão e no plenário." Calcula Brito que o funcionamento simultâneo seria o único modo de evitar que a nova Constituição seja promulgada somente depois de abril do próximo ano.

Vitória da cibernética

No primeiro instante, foi a descrença geral na capacidade da votação eletrônica de acelerar, de fato, os trabalhos na Comissão de Sistematização. "Vai ficar tudo do mesmo jeito e ainda é possível que o resultado das votações seja desvirtuado", dizia a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE). No segundo instante, foi a exibição do despreparo dos parlamentares para acionar botões e alavancas. O funcionamento, afinal, a pleno vapor do sistema eletrônico da Câmara reduziu o tempo gasto em cada votação de 17 minutos, em média, para cinco.

arrisca-se a perder algumas batalhas que pensa poder ganhar. Se não contribuir, arrisca-se a ser acusada de ter ajudado a manter o ritmo lento atual e de ter colaborado para adensar o clima de instabilidade que o país respira.

Ricardo Noblat